



“GUERRA”,
DE Lasar
Segall,
de 1942,
pertencente
ao acervo
do Masp

REPRODUÇÃO

Crítica da razão política

Em texto publicado pela revista “Ad Hominem”, o filósofo José Chasin afirma que a esquerda sucumbiu ao **politicismo voluntarista**

SABINA MAURA SILVA *

Chega ao público o tomo III da revista “Ad Hominem”, trazendo uma coletânea de textos do filósofo e professor José Chasin, cuja característica principal talvez seja o abandono de todo tipo de convencionalismo no tratamento da questão que perpassa esse conjunto notável de reflexões filosóficas: o poder, a política e o estado.

São escritos que testemunham a trajetória de um grande intelectual, cuja atenção sempre esteve voltada simultaneamente aos dilemas e impasses da realidade contemporânea – muito em especial da brasileira – e à tarefa, considerada inadiável, de redescobrir Marx. Tendo como núcleo movente de sua tematização a busca de deciframento da realidade, o que Chasin visava, e para o que encontrou arrimo em Marx, era a delucidação da gênese e necessidade de cada uma das múltiplas determinações que compõem a realidade humano-societária.

Não cedendo ao procedimento que caracterizou o padrão seguido pela maioria dos intérpretes marxistas, que tratam a obra de Marx a partir de critérios extrínsecos, seja de caráter epistêmico, seja político, tampouco aderindo à moda das interpretações, das “hermenêuticas da imputação”, como ele mesmo refere, o que explicita o cunho singular de seu trabalho é o fato de Chasin penetrar na obra marxiana tendo como preocupação precípua desvendá-la, no sentido de estabelecer as categorias e articulações que a compõem. Aplicando à obra de Marx o princípio marxiano de que criticar é buscar a decifração de algo, visando esclarecê-lo no sentido de capturá-lo em “seu significado próprio”, Chasin traz à luz seu centro irradiador: a delucidação dos processos constitutivos da mundanidade humana. É, pois, a partir da apreensão de que a pedra de toque da reflexão de Marx refere-se à problemática da autoconstrução humana que Chasin identifica o lugar que as questões da individualidade e da efetivação do mundo histórico-social ocupam no interior do complexo teórico marxiano, extraindo e configurando, no que diz respeito à politicidade, o que denominou sua determinação ontonegativa.

A identificação da crítica ontológica à política na obra de Marx, segundo Chasin, permite conhecer o significado maior do ideário marxiano: a distinção necessária entre revolução política e emancipação humana. Tema de fundo que permeia diretamente os propósitos marxianos de revolver e transformar a anatomia da sociedade civil na direção da emancipação humana. É justamente a partir desse núcleo que se põem a crítica da política e a perspectiva da revolução social “como necessidade permanente e infinita”, na medida em que permanente e infinito é o processo de individuação social.

Segundo Chasin, “tratando-se de uma configuração de natureza ontológica, o propósito dessa teoria é identificar o caráter da política, esclarecer sua origem e configurar sua peculiaridade na constelação dos predicados do ser social. Onde é ontonegativa, precisamente, porque exclui o atributo da política da essência do ser social, só o admitindo como extrínseco e contingente ao mesmo, isto é, na condição de historicamente circunstancial; numa expressão mais enfática, enquanto predicado típico do ser so-

cial, apenas e justamente, na particularidade do longo curso de sua pré-história”, isto é, na particularidade do longo período em que os homens estão impedidos de reger, eles próprios, sua existência. Em suma, “a política não é um atributo necessário do ser social, mas contingente no seu processo de auto-entificação”. Tal determinação, esclarece, contrapõe-se à determinação ontopositiva da politicidade, que “identifica na política e no estado a própria realização do humano e de sua racionalidade. (...) Politicidade como atributo perene, positivamente indissociável da autêntica entificação humana, portanto, constitutiva do gênero, de sorte que orgânica e essencial em todas as suas atualizações”.

Chasin adverte, ainda, para o caráter originalíssimo de determinação marxiana da natureza e da finalidade da política, isto é, como momento necessário do desenvolvimento de sociabilidades contraditórias, centradas na particularidade histórica da propriedade privada. Ao analisar textos marxianos importantíssimos como “Sobre a Questão Judaica” e as Glosas Críticas ao artigo “O Rei da Prússia e a Reforma Social”, evidencia que Marx é levado a compreender a “força política como força social perversa e usurpada, socialmente ativada como estranhamento por debilidades e carências intrínsecas às formações sociais contraditórias, pois ainda insuficientemente desenvolvidas e, por consequência, incapazes de auto-regulação puramente social”. De modo que, aponta Chasin, “a sociabilidade imperfeita, substância ainda não realizada enquanto tal, ou seja, ainda incapaz de autonomia como complexo estruturado, conduz à política, ou seja, a política como autodeterminação na forma da alienação”.

Emergindo da fraqueza societária advinda do desenvolvimento contraditório da capacidade apropriadora de mundo dos indivíduos, que se deu e se dá sob a forma da propriedade privada dos meios de produção, a força política “é uma força social que se entifica pelo desgarramento do tecido societário, dilaceração naturalmente determinada pela impotência deste, e que, enquanto poder, se desenvolve tomando distância (variável de acordo com os modos de produção) da planta humano-societária que o engendra (mesmo na democracia direta) e a ela se sobrepõe, como condição mesmo para o exercício de sua função própria – regular e sustentar a regulação. Força social usurpada e presentificada como figura político-jurídica que forma com a sociedade *strictu sensu* um indissolúvel cinturão de ferro, cujos seguimentos ou elos não subsistem em separado”.

Assim, sociabilidades baseadas na propriedade privada dos meios de produção têm sua configuração histórica marcada por um evoluir que se dá a partir de antagonismos entre dominantes e dominados. Onde a necessidade de engendramento de relações políticas e jurídicas (formas de estado, direito) que reflitam, legítimem e garantam a vigência destes modos de interatividade. Neste sentido, as formas históricas da politicidade têm em comum, no quadro de suas especificidades próprias, o fato de reproduzirem as contradições do modo de produção da vida, sendo o poder político, dentro dos limites daquele, o instrumento através do qual os interesses privados se impõem como interesse geral.

Tal feição da politicidade se apresenta plenamente na sociabilidade do capital – caracterizada pela excludência e indiferença recíproca entre os indivíduos –, na qual se configura como estado político perfeito. Apresentando-se como o fórum da universalidade, como o *locus* em que todos os membros da sociedade aparecem como iguais e copartícipes da comunidade política, o estado faz abstração de todas as distinções e particularidades que separam os indivíduos na esfera não política, ou seja, na sociedade civil. No entanto, trata de abolir as diferenças apenas no plano político, deixando que elas continuem a existir no plano civil, legitimando, por seu aparato jurídico e institucional, o homem privado, do qual é meio.

É face a isto que Chasin enfatiza “a necessária superação da política e do estado, no roteiro da efetiva autoconstituição do homem livre, facultada pela legítima interativi-

dade humano-societária”, pois, por sua própria natureza, a política é incapaz de promover o caminho que conduza à efetiva emancipação humana. É, também, sob a luz da determinação ontonegativa da politicidade que se deve entender a crítica de Chasin à democracia e à esquerda, tanto como a perspectiva da metapolítica.

No que se refere à primeira, Chasin enfatiza que a “democracia é forma política, de uma ou de outra maneira pertence ao anel perpetuador da totalização recíproca entre sociedade civil e estado. É decerto parte de um circuito menos perverso que outros – não por isso deixa de ser um modo pelo qual a sociedade civil, ou melhor, seu setor ou setores dominantes reproduzem a formação política segundo sua própria imagem”.

Quanto à esquerda, afirma corajosamente que “não se pode reconhecer na atualidade a existência da esquerda”. Isto porque, segundo ele, as “esquerdas”, “inclusive por ignorância teórica”, uma vez que são incapazes “de conhecer e interpretar a realidade”, deserderam “da revolução social”. A prova da morte da esquerda torna-se patente, ao seu ver, com o surgimento da esquerda não marxista, bem como nas “diretrizes ou alvos que orientam hoje os organismos que se supõem de esquerda: estatismo e estado perfeito”.

Sucumbindo ao politicismo em sua forma mais impotente, isto é, ao politicismo voluntarista, o que hoje se denomina esquerda padece do conformismo de que o capitalismo seja o estágio final e intransponível da efetivação humana e, “sem projeto revolucionário”, “sem a perspectiva da transformação social, para além do capital”, enfim, “sem o projeto de uma reedificação da estrutura social”, como “esquerda abstrata, querem o domínio do estado para o aperfeiçoar”, tendo como alvo “a domesticação ou democratização do capitalismo, a título de uma terceira via, o que equivale a buscar o bom estado, o estado que funcione”. De sorte que, conclui Chasin, “para manter a alternativa socialista com sentido é preciso radicalizar, aprofundar até as raízes o conhecimento da realidade e das possibilidades que ela contém – compreender que a luta é contra a propriedade dos meios de produção e contra o estado e não pela estatização da economia e a perfectibilização do estado e do regime democrático”.

Em relação à metapolítica, Chasin aponta que “não há política radical, pois todo ato político é um meio, que não possui finalidade intrínseca, mas é o instrumento de um conteúdo, ou seja, de um objetivo externo a ela. Exceção feita aos processos e atos políticos que, ao se realizarem, visam inclusive sua autodissolução, isto é, só é radical o ato metapolítico”. Há que enfatizar, todavia, que metapolítica não se confunde “com desmobilização, recusa à participação política ou até mesmo à adesão partidária”. Ao contrário, “metapolítica como natureza de uma forma de atuação política que visa superar, revolucionariamente, a política e a base social que a engendra”.

É importante salientar que Chasin aponta a possibilidade de ultrapassamento da política em função do que constitui propriamente o “roteiro da autoconstituição do homem”, isto é, sua potência apropriadora de mundo. De modo que a possibilidade de tal superação não se põe como um voto piedoso, mas a partir da apreensão de que “diante da revolução tecnológica, ou seja, do desenvolvimento da potência do trabalho humano, a propriedade privada dos meios de produção, o estado e a política aparecem como anacronismos insuportáveis, mastodontes historicamente vencidos que entulham as vias do desenvolvimento histórico-societário”.

Enfim, Chasin põe em evidência que a política é forma de dominação e que a fé na política implica na renúncia pela livre individuação humana, uma vez que, no presente, ela se impõem como “fantasia conformista”, quando o capital já perdeu sua utilidade histórica.

A identificação da crítica ontológica à política permite distinguir revolução política de emancipação humana

* Sabina Maura Silva é filósofa